

# POLÍTICAS RELACIONADAS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS MANIPULADORES DE ALIMENTOS

Jaqueline N. de ASSIS<sup>1</sup>; Estelamaris T. MONEGO<sup>2</sup>; Raquel de Andrade C. SANTIAGO<sup>3</sup>

(1) Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde/FANUT/UFG – [jaquelineassis@gmail.com](mailto:jaquelineassis@gmail.com); (2) professora FANUT/UFG, orientadora; (3) professora FANUT/UFG, co-orientadora

**Palavras-chaves:** manipulador de alimentos, alimentação escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo fornecer alimentação saudável e adequada, utilizando alimentos seguros e que respeitem a cultura e tradição, proporcionando o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e a melhoria do rendimento escolar (BRASIL, 2009).

O PNAE está sintonizado com a Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (DECLARAÇÃO..., 2010).

No ambiente escolar um dos atores responsáveis pela garantia desses requisitos é o manipulador de alimentos, ampliando-se para além da unidade produtora de alimentos e se estendendo ao convívio social e educativo com os alunos (CARVALHO et al., 2008).

Considerando o papel destes profissionais na busca de uma alimentação escolar saudável e segura; a visibilidade restrita de seu processo de trabalho; a necessidade da plena execução do programa e a intenção de propor medidas que possam integrar as atividades de formação de manipuladores de alimentos no contexto da legislação vigente, este trabalho propõe-se a estudar a percepção dos manipuladores de alimentos em relação à implementação das políticas que fundamentam e apóiam a execução do PNAE.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, com utilização da pesquisa-ação e de grupos focais. A metodologia qualitativa preocupa-se com a realidade não quantificada, aprofunda-se no mundo das ações humanas, trabalha

com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores (PRAÇA; MERIGHI, 2003).

A pesquisa-ação define um tipo de pesquisa social de base empírica, concebida e realizada em associação a uma ação ou resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 1992).

O grupo focal (GF) é uma técnica de pesquisa que permite a obtenção de dados a partir de discussões planejadas onde os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes, experiências e representações sociais sobre um tema específico levantado (WESTPHAL; BÓGUS; FARIA, 1996).

O local do estudo é a Cidade de Goiás, junto a representantes da comunidade de escolas públicas da rede municipal de ensino. Os participantes são informantes chave cuja vivência profissional esteja relacionada à alimentação escolar: o nutricionista responsável pelo PNAE no município, representantes do Conselho de Alimentação Escolar e de professores, coordenadores, diretores e das(os) manipuladores de alimentos.

Os GF serão realizados em dois momentos (1ª e 4ª etapas):

**1ª etapa** – GF-A (representante do CAE, professores, coordenadores e diretores): GF-B (manipuladores de alimentos);

**2ª etapa** – Planejamento da atividade de formação;

**3ª etapa** – Atividade de formação com os manipuladores de alimentos;

**4ª etapa** – Após 2 meses da intervenção (3ª etapa), novo GF com manipuladores.

A atividade de formação (3ª etapa) tem como eixo estruturante o DHAA e a legislação do PNAE. A formação objetiva promover mudanças em todas as etapas de produção da alimentação escolar, utilizando metodologia mobilizadora e interativa, capaz de sensibilizar o público-alvo às mudanças consideradas necessárias. Isso implica em escolhas inclinadas para as metodologias ativas, por considerar que o ensinar exige respeito à autonomia e à dignidade de cada sujeito e considera que a atividade realizada com propósito de ensinar deve ser apreciada por todos que dela participam, para maior adesão (FREIRE, 1987; TULER SOBRAL, SANTOS; 2010).

A descrição e interpretação dos dados será feita pela análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às

condições de produção e recepção destas mensagens (BARDIN, 2009).

O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (COEP/UFG) sob o número 034/2011.

### **3 RESULTADOS PARCIAIS**

Como a pesquisa encontra-se em andamento, os resultados ora apresentados contemplam as questões norteadoras e sua aplicação junto à comunidade escolar, para avaliação da operacionalidade do mesmo, funcionando como uma teste prévio.

#### **3.1 ROTEIRO DE QUESTÕES NORTEADORAS**

O roteiro de entrevista foi submetido a uma avaliação por juízes: indivíduos externos ao processo de condução deste estudo, com experiência na área de pesquisa qualitativa. O objetivo deste julgamento foi avaliar forma e conteúdo do roteiro, considerando a compreensão do público-alvo e o alcance dos objetivos. Buscava ainda verificar se as questões continham dificuldade de interpretação e se o favorecia o envolvimento do entrevistado na resposta (BELEI et al, 2008).

#### **Quadro 1. Roteiro do grupo focal destinado à “Comunidade Escolar”. Cidade de Goiás, 2011**

- Como está funcionando o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município?
- Falem-me o que sabem sobre o PNAE.  
Importância para os estudantes e para escola.
- Digam-me qual é o papel da merendeira na escola?  
O que faz?  
Falem-me o que elas precisam ter como requisitos para realizar esta função.  
Relatem-me sobre as condições de trabalho dela em sua escola.  
Discorram sobre a sua participação em outras atividades realizadas na escola.  
Diga-me como sua ação influencia o trabalho de outros atores da comunidade escolar.
- Falem-me o que sabem sobre a legislação prevista para a Alimentação Escolar?  
Portaria 1.010 (2006)  
Lei 11.947 (2009)  
Resolução 38 (2009)
- Vocês aplicam a legislação prevista para a Alimentação Escolar?  
Relatem-me como aplicam as recomendações destas legislações no seu cotidiano na escola
- Listem o que consideram como fatores que facilitam a implementação do PNAE na escola?  
Listem o que consideram como fatores que dificultam a implementação do PNAE na escola?

O roteiro do GF dos manipuladores de alimentos investigava o ingresso na função e como se sentiam em relação ao trabalho.

### 3.2 APLICAÇÃO DO ROTEIRO

O conhecimento declarado sobre o programa resume-se a questão do recurso federal repassado ao município e a execução dos cardápios elaborados pela gerência municipal de alimentação escolar. Destaca-se uma melhora proeminente do programa nos últimos anos.

A gestão escolar reconhece que o PNAE é importante na formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, principalmente diante do atual panorama epidemiológico. A merendeira reconhece apenas o componente assistencialista, originalmente proposto pelo programa, de suprir a necessidade de alimentação da criança e, com isso, promover maior frequência ao ambiente escolar.

A legislação em si não é conhecida, delegando-se ao gestor municipal a responsabilidade do cumprimento daquilo que é preconizado.

A gestão escolar reconhece a função pedagógica da manipuladora de alimentos e a necessidade de que esteja inserida nas atividades pedagógicas, uma vez que é parte deste processo. Já a merendeira se enxerga na ótica das funções limitadas à manipulação de alimento e execução de preparações, mesmo que se disponha e seja motivada a participar de outras atividades da rotina escolar.

Para exercer a manipulação dos alimentos, gestores e merendeiras reconhecem ser necessário empenho e gosto, sendo que a gestão ainda destaca a necessidade de empatia para o trabalho em qualquer atividade que envolva a comunidade escolar.

As condições de trabalho são referidas como ruins, embora em processo de melhora. Gestor e manipuladora reconhecem as deficiências físico-estruturais das unidades, sendo que esta ressalta o desgaste da função e a sobrecarga de trabalho em relação ao número de funcionários destinados a esta função.

A gestão reconhece que a forma de administração centralizada do programa é um facilitador para a sua execução. Aponta como dificuldade o quadro epidemiológico dos estudos, o fato de ter de lidar com alergia e intolerâncias de alguns, diante de um cenário onde a mesma refeição destina-se a todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entrevistados reconhecem as melhorias do programa ao longo dos anos, porém ainda relatam a distância das atuais condições do que julgam ser preconizado como ideal. A legislação que orienta e normatiza o PNAE como instrumento de promoção da saúde é desconhecida, tanto pela gestão escolar quanto pelas merendeiras. Este desconhecimento possivelmente limita o papel que a alimentação poderia ter junto à comunidade escolar. As potencialidades do programa são negligenciadas e mesmo o papel de cada membro junto ao sistema é desconhecido. A execução do estudo em todas as etapas permitirá intervir neste processo, buscando promover uma interface do conhecimento teórico e prático dos limites e possibilidades da alimentação escolar enquanto canal capaz de promover a saúde e o crescimento integral tanto dos estudantes, quanto dos demais membros da comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. 288 p.
- BELEI, R.A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S.R.; NASCIMENTO, E.N.; MATSUMOTO, P.H.V.R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 187-199, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009.
- CARVALHO, A. T.; MUNIZ, V. M.; GOMES, J. F.; SAMICO, I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 823 – 834, 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DeclaraA7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. 182 p.
- PRAÇA, N.S.; MERIGHI, M.A.B. **Pesquisa qualitativa em enfermagem**. In:\_\_\_\_\_. Abordagens teórico-metodológicas qualitativas: a vivência da mulher no período reprodutivo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1992, 108 p.
- TULER SOBRAL, N. A.; SANTOS, S. M. C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 399-415, 2010.
- WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C.M.; FARIA, M.M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, v.120, n.6, p. 472-482, 1996.